

A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E O SURGIMENTO DE ATORES CONTRA-HEGEMÔNICOS

LA CONSTRUCCION DE ITAIPU Y EL SURGIMIENTO DE ACTORES CONTRAHEGEMÓNICOS

Ener Vaneski Filho¹

RESUMO

Este texto situa-se no tempo cronológico da criação da usina hidrelétrica de Itaipu na divisa entre Brasil e Paraguai. A criação da usina afetou um número significativo de famílias de ambos os lados, sendo que essas famílias vendo-se expropriadas das terras de onde tiravam sua reprodução, organizam-se em movimentos. No primeiro momento houve uma influência da Igreja nesta organização. Depois com a formação de um movimento regional e finalmente com a junção de outros movimentos regionais será formado o que hoje é o movimento camponês de maior longevidade no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O surgimento desses sujeitos contra hegemônicos e sua organização diante de uma ameaça é o objetivo deste artigo.

Palavras-Chave: Hidrelétrica de Itaipu. Expropriação. Movimentos sociais.

RESUMEN

Este texto se encuentra en el tiempo cronológico de la creación de la central hidroeléctrica de Itaipú, en la frontera entre Brasil y Paraguay, la creación de la hidroeléctrica afectó a un número significativo de familias en ambos lados, estas familias que se encuentran alijadas de las tierras donde vivían e tenían su reproducción, esta organización se organizaran en movimientos, en inicio organizada por la Iglesia, después la formación de un movimiento local y finalmente, pasar a unirse a otros movimientos y se forman lo que es hoy en día el movimiento campesino en Brasil de longevidad, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). La aparición de sujetos contra hegemónicos e su organización es el propósito de este artículo.

Palabras Clave: Represa de Itaipú. La expropiación. Movimientos sociales.

¹ Mestrando em desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de São Paulo, em parceria com a Via Campesina. Técnico em reforma e desenvolvimento agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

1 INTRODUÇÃO

A construção de um grande projeto para geração de energia no final dos anos 70 na divisa entre Brasil e Paraguai fez surgir, ou melhor, requereu uma organização para um contingente de atingidos que posteriormente deu origem ao MST (movimento dos trabalhadores rurais sem-terra). Para a construção de Itaipu foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem Paraguaia, cerca de 20.000².

O objetivo central deste artigo é percorrer historicamente os passos que antecedem o encontro em 1984 em Cascavel-PR onde surge o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o MST, e sua relação com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, as desapropriações e os movimentos regionais que vão se unir para a formação de um movimento nacional de luta pela terra. A Itaipu é aqui representada não como única responsável, mas como um exemplo claro e material de como o capitalismo impunha à periferia seu projeto de avançar fronteiras e remover pessoas e obstáculos se necessário. O MST³ não tem uma data de fundação, mas uma reunião em Cascavel-PR nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984 é uma marco usado para se referir a ponto inicial das atividades do movimento, essa época marcada por lutas para abertura política e fim da ditadura que possibilitou o encontro que reuniu trabalhadores sem-terra de 12 estados brasileiros.

O MST entende-se como herdeiro ideológico de todos os movimentos de base social camponesa ocorridos desde que os portugueses entraram no Brasil, quando a terra foi dividida em sesmarias por favor real, de acordo com o direito feudal português, e que excluiu em princípio grande parte da população do acesso direto à terra.⁴

Como a construção da usina foi um momento em que os camponeses atingidos sentiram que sua existência era ameaçada, a organização em um movimento era a única saída para resistir ao projeto hegemônico de desenvolvimento que não levava em conta todos eles.

É importante destacar que os indígenas que viviam na região foram retirados da sua terra e receberam tratamento igual ou pior ainda que os colonos, pois eles não produzem para o

² MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003.

³ A sigla MST vai ser usada para definir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁴ SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

sistema, tampouco eram proprietários, reconhecemos aqui a ausência de aprofundar a questão dos índios guaranis afetados pela Itaipu.

2 CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO

Quanto maior o projeto, menos ele serve para os pobres⁵.

No ano de 1980, os desapropriados de Itaipu faziam manchetes nos principais jornais do País. Com um veemente grito de justiça efetuaram um cerco ao escritório da empresa binacional em Santa Helena-PR, dessa organização saíram desdobramentos positivos e organização popular, mas afinal, o porquê dessa organização? para isso é importante lembrar o contexto da construção dessa usina.

Remetendo-se a ao livro de Juvêncio Mazzarollo, *A taipa da injustiça*, no prefácio escrito pelo pastor Werner Fuchs encontra-se as seguintes palavras:

Constata-se atualmente, no Brasil uma verdadeira “epidemia de barragens”, em que o argumento da crise energética, ou crise do petróleo aparece muitas vezes como pretexto para uma série de outros interesses comerciais e políticos; eis que a energia beneficiará, sobretudo as grandes indústrias, para as quais convém dispor de massas humanas de mão de obra barata, explorada. Assim também a Itaipu constitui apenas um tentáculo do polvo denominado capitalismo, que vem subjugando, um após o outro, os diversos setores da vida nacional, sempre causando prejuízos à classe trabalhadora. Suas ramificações estendem-se já sobre os países vizinhos, como veremos no caso do Paraguai⁶.

Na década de 70, a saturação dos mercados no primeiro mundo forçou o capitalismo a expandir-se no chamado Terceiro Mundo, usando como palavra-chave o desenvolvimento. A ordem era a interdependência, sendo a estratégia era levada a cabo pela tríade EUA, Europa e Japão, vendo-se na prosperidade dos Países ricos o fator essencial para o progresso dos Países pobres.

O Brasil pelo tamanho de seu território; pela abundância de seus recursos naturais; pelo potencial de seus recursos humanos, quer mão de obra (barata), quer como capacidade de

⁵ Dom Hélder Câmara, que foi arcebispo de Olinda e Recife.

⁶ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003, p. 12.

consumo; pela generosa legislação que assegura ao capital estrangeiro estímulos, facilidades, garantias e privilégios, principalmente a partir de 1964 – constitui-se no espaço territorial mais cobiçado no mundo das grandes corporações, sendo o paraíso das multinacionais.⁷

O projeto “Brasil Grande Potência” idealizado pelos militares nos anos 70 propunha e impunha uma visão do território nacional entendido como somatório de recursos mais ou menos disponíveis, conjunto de riquezas a serem apropriadas, e o Estado, agente histórico da realização do destino de grandeza da nação, propulsor das forças “desenvolvimentistas”, intervém na produção e reprodução do espaço visando simultaneamente prover as condições gerais para a acumulação capitalista e “estender a nação à totalidade do território”⁸.

O caminho para estas obras eram os empréstimos junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e assim o Brasil da década de 80 tornou-se um País ocupado, não por tropas e soldados, mais por bancos e credores, uma vez que a Itaipu era apenas mais uma em um universo de grandes obras: uma importância equivalente ao valor de tudo o que Argentina, Peru e Equador conseguem produzir em um ano, (90 bilhões de dólares). Apenas um desses projetos, a hidrelétrica de Itaipu, tem um custo equivalente ao das encomendas de equipamentos para o gasoduto de 5,5 mil quilômetros que ligará a Sibéria à Europa Ocidental. O gasoduto siberiano é tratado nos países industrializados como o “negócio do século”. Naquele momento, o Brasil na verdade estava tocando vários “negócios do século” ao mesmo tempo – Itaipu, Carajás, Programa Nuclear, Ferrovia do Aço, as usinas de Tucuruvi e Tubarão, os metrô de São Paulo e Rio de Janeiro e uma gigantesca lista de etcéteras.⁹

Não há como adentrar o tema de Itaipu sem contextualizá-la: essas obras na verdade vinham como um processo de construção iniciada com o governo Juscelino Kubitschek¹⁰. A dívida externa gerada foi e será ainda muito sentida, pois quem paga este alto preço são todos. No

⁷ BRUM, J. A. **O desenvolvimento econômico do brasileiro**. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

⁸ ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Porto Alegre, v. 4, 1991.

⁹ O NEGÓCIO do século. **Isto é**, São Paulo, Editora Três, 1982.

¹⁰ Entre 1956 e 1961 ocorreu, no Brasil, a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares. Houve um salto tecnológico e uma ampliação da capacidade produtiva como nunca antes fora vista no país. Foi neste período que o Brasil passou a investir e desenvolver na criação de uma indústria pesada, ou seja, em “máquinas que fabricam outras máquinas”. Este desenvolvimento ocorreu com a associação entre o Estado e a grande empresa oligopolista internacional, principalmente europeia. CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

entanto, é preciso salientar que os atingidos por esta ordem sofrem mais, e o sofrimento pode levar a formas de organização enquanto movimentos sociais, se canalizados.

Na construção da usina, seu projeto, as desapropriações ocorreram dentro do período da ditadura militar. Sua “doutrina” era a segurança e o desenvolvimento, o braço forte e mão “amiga”.¹¹

3 ITAIPU, A IDEIA

A ideia da construção da Usina inicia-se no governo de João Goulart, quem queria sim construir uma empresa Brasileira, ignorando a questão de limites com o Paraguai, a construção da usina utilizando de um desvio no leito do Rio Paraná, a vontade deste presidente era um empréstimo com a União Soviética, somada a isso a vontade de pôr fim a espoliação das potências capitalistas custaram-lhe o golpe de 64, vivia-se a Guerra Fria. Já em 1965 um grupo de militares Brasileiros adentrou a área do Paraguai para realizar estudos para implantação da usina o que levou a protestos e a população paraguaia a se manifestar contra o que foi chamado de expansionismo brasileiro, queimaram bandeiras em praça pública, decretaram o Brasil como inimigo número 1 do Paraguai: afinal a Guerra ainda estava viva na memória¹².

A intervenção do departamento de segurança dos Estados Unidos que propôs um encontro entre os chanceleres do Brasil e do Paraguai, em 1966, culminou na assinatura da *Ata do Iguazu*. Este documento, assinado na cidade de Foz do Iguazu continha acordos, entre eles; a disposição de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular aquelas relativas aos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois Países, do Salto de Sete Quedas e, ainda, “que a energia eventualmente produzida pelos

¹¹ A ideologia da segurança nacional não era secreta, mas os militares reservaram sua explicação e conhecimento aos mais altos responsáveis pelos grandes setores da vida nacional: exército, administração, economia, ensino, grandes empresas públicas e privadas. Essa prática elitista tinha a vantagem de manter as massas populares afastadas da condução do Estado, e mesmo de minar qualquer desejo de participação.

¹² A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul no século 19. Rivalidades platinas e a formação de Estados nacionais deflagraram o confronto, que destruiu a economia e a população paraguaia. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza) na Argentina e Uruguai e de Guerra Grande, no Paraguai.

desníveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu, seria dividida em partes iguais¹³ entre os dois países”¹⁴.

O Debate em torno da questão de limites foi esquecido, dando lugar ao debate em torno da construção de uma usina, sendo que a área em litígio ficaria submersa. Em 12 de fevereiro de 1967, o governo dos dois países criaram a Comissão técnica Brasileiro-Paraguaia para a implementação da Ata do Iguaçu na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná.

4 ITAIPU, O PROJETO

Segundo N. Habert, a hidrelétrica de Itaipu assumiu dimensões estratégicas, políticas e sociais, inserindo-se na euforia do “milagre econômico”, que levava a acreditar que “até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de grande potência Mundial”¹⁵

Este surto de otimismo sustentava-se na expansão do sistema capitalista, baseada, por sua vez, na exploração da classe trabalhadora, na consolidação do grande capital nacional e internacional e na entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

Para criação e construção da usina esta foi implementada com caráter binacional, que confere a esta autonomia própria de uma republiqueta autônoma, ou quase. Não se trata empresa Brasileira ou Paraguaia, estatal ou privada. “Mais se parece com um Estado independente formado por um pedaço do território brasileiro e outro paraguaio sobre o qual foi erguida uma usina hidrelétrica”¹⁶

A construção da usina iniciou-se em 1975, para formação do reservatório e da faixa de segurança passaram ao domínio da Itaipu Binacional 1.800 quilômetros quadrados (1.000 no Brasil e 800 no Paraguai). Desse total a água cobre 835 quilômetros quadrados no Brasil e 625 no

¹³ O Paraguai cede a maior parte de sua energia abaixo dos preços de mercado, segundo diversos setores nacionais, que também reivindicam a anulação de uma parte da dívida de Itaipu, de US\$ 20 bilhões, em sua grande maioria contraída com a estatal brasileira Eletrobrás.

¹⁴ Ata do Iguaçu, 22 de julho de 1966.

¹⁵ HABERT, N. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 13.

¹⁶ MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003, p. 27.

Paraguai, foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem Paraguaia, cerca de 20.000¹⁷.

Sobre essas pessoas não acreditava-se na reação à ordem imposta, tendente a criar uma desordem, ou ainda surgiram como agentes contra hegemônicos, como já explorado neste texto, a ordem imposta é quebrada, provocando uma nova ordem.

5 OS EXPROPRIADOS DA TERRA

O homem do campo identifica-se com seu trabalho e com o chão do qual faz brotar o sustento de tantos. Arrancá-lo do chão rural. Empurrando-o para o êxodo incerto em direção as cidades ou não assegurar seus direitos à legítima posse da terra é desrespeitar seus direitos de homem e de filho de Deus. É produzir um perigoso desequilíbrio na sociedade¹⁸.

Um dos muitos passivos ocasionados pela construção da Usina de Itaipu é a questão do deslocamento compulsório das pessoas que viviam neste espaço. Os agricultores que ali desempenhavam suas atividades e agora teriam de sair para dar lugar ao lago da usina já tinham um histórico de sofrimento, como podemos verificar em Mazzarollo:

Os agricultores que seriam desalojados já haviam enfrentado de tudo. Migraram de outras regiões do País para o Oeste do Paraná enfrentando grandes dificuldades e correndo sérios perigos (...) foram vítimas da monocultura, da mecanização, da introdução de técnicas ditadas pelos interesses de empresas multinacionais e de uma política agrícola para burro de carga (...) e agora seriam “sacrificados para o progresso do Brasil”¹⁹.

A maior parte da população mal estava superando o sofrimento da migração que empreenderam quando saíram de seus Estados de origem (no caso Santa Catarina e Rio Grande do Sul) também carregavam no seu imaginário a história de seus pais e avós que contavam as peripécias vividas na migração da Europa para o Brasil no final do século XIX e começo do século XX.

¹⁷ MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça**: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003.

¹⁸ Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, 1980.

¹⁹ Id., 2003.

A fixação ao local de origem, ou onde se viveu por muito tempo, é comum a todos os seres vivos. Os ambientes físico, social e cultural marcam profundamente os indivíduos e grupos, formando uma malha de condicionamentos com os quais dificilmente rompem sem traumas:

É extremamente doloroso saber que não se poderá, mas sequer rever o lugar da casa, a rua ou estrada, o local do encontro comunitário formado pela igreja, a escolinha, o campinho de jogo, o bosque a churrasqueira. Talvez uma fotografia guarde a imagem pálida do que desapareceu sob as águas, mas aos poucos, tanto no papel como na memória, vão se apagando os traços do que foi o cenário de toda uma rica história.²⁰

Yi Fu-Tuan, ao tratar sobre a topofilia, traz elementos para estudar as relações que as pessoas desenvolvem com o meio:

O apego a terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela, os trabalhadores franceses, quando seus corpos doem de cansaço, dizem que “seus ofícios formam parte deles”. Este sentimento não é pura metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desde a intimidade física, da dependência material, e do fato que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança.²¹

Os preços das terras subiram, pois a especulação imobiliária devido a atração que todo grande projeto atrai, levou uma situação de insegurança, e isso é o combustível para a resistência, um importante cantor argentino que vive no Brasil desde 78, por conta da ditadura naquele país em sua música vitória do trigo explorou com maestria o sentimento de um camponês naquela situação: Não precisa ser herói

Para lutar pela terra
Por que quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra

É preciso ter cuidado
Para evitar essa luta
Pois cada pai é um soldado
Quando é o pão que se disputa²²

²⁰ MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça**: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003, p. 44.

²¹ TUAN, Y-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

²² Dante Ramon Ledesma, na música vitória do trigo.

Na época a luta pela terra suscitava a desobediência ao Estado. A participação na forma das desapropriações não é objeto central deste trabalho. No entanto, o certo é que se vivia uma época de restrições da liberdade, e a política de “segurança e desenvolvimento” tinha uma forma de ação nada democrática, e assim o conflito era eminente.

6 O COMEÇO DA ORGANIZAÇÃO

Mesmo não sendo o objeto central deste texto, é importante destacar que o trabalho de desapropriação consistiu em trabalhos técnicos. Na tentativa de simplificar um problema complexo, os técnicos se lançaram a campo, alheios à realidade do Oeste do Paraná, não sabiam do caos fundiário que era a região, por se tratar de faixa de fronteira²³. Mudou algumas vezes o seu tamanho, assim quando mudaram as constituições, e também sua forma de titulação, logo existia muitos problemas com os títulos dos colonos.

A melhor definição da importância da faixa de fronteira pode ser encontrada em Fabrini:

A migração na fronteira está relacionada, dentre outros motivos, às decisões estatais relativas à apropriação e ocupação da terra neste espaço. O Estado, inclusive, destina atenção diferenciada na normatização da apropriação de terras na fronteira em vista das especificidades que este espaço possui. A Constituição de 1891, por exemplo, que repassou às Unidades da Federação e às oligarquias regionais a política de terras no Brasil, apartou uma faixa de fronteira de 66 km que ficou sob jurisdição da União. A partir da Constituição de 1937, a faixa de fronteira sob domínio da União foi definida em 150 km.²⁴

A Itaipu não imaginava o poder de resistência que poderia ser armado pelos desapropriados. Julgavam que nada haveria a não ser a pura submissão ao poder e resignação perante o inevitável.²⁵

²³ O Brasil, a legislação que trata da faixa de Fronteira é a Lei n° 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto n° 85.064, de 26 de agosto de 1980, cujo teor foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo segundo do artigo 20. De acordo com a legislação, essa faixa, de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, é considerada "fundamental para a defesa do território nacional".

²⁴ FABRINI, J. E. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. In: **Boletim do NERA**, Presidente Prudente, 2013, p. 3.

²⁵ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003.

Como a pressão só aumentava, a igreja começou a organizar um movimento de resistência, chamado de Arca de Noé, uma alusão ao salvamento dos agricultores que seriam atingidos pelo dilúvio.

A resistência que começava a se organizar seria importante para o aprendizado do que seria de união com outros movimentos pela terra.

7 O MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

“O progresso só é bom quando interessa ao povo, e as vezes o progresso é contra o povo (informação verbal)”²⁶.

A resistência às injustiças que a Itaipu espalhou pelo Oeste do Paraná com o seu programa de expropriação e indenizações começaram tarde, mas chegou a tempo de minorar significativamente os sofrimentos da população.

O conflito tinha muito para ser mais violento, não que não tenha sido, mas seguimos pela seguinte explicação:

[...] a ocupação de terras no Oeste do Paraná, seguindo um padrão bem brasileiro foi marcado pela violência e regada a sangue. A situação criada pela Itaipu apresentava todas as condições para fazer o conflito surgido degenerar em violência...o Movimento Justiça e Terra e a Igreja incentivaram o povo a lutar por seus direitos, sem violência e em clima de solidariedade. Nada teve de pacífico. Foi, sim severamente conflituoso, mas não violento²⁷

Dois acampamentos e uma marcha marcaram significativamente a luta dos expropriados e alguns avanços foram conseguidos. Surgiu naquele momento o movimento MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná), em junho de 1981, a experiência que surgiu da luta por indenizações justas expandiu-se e formou o MASTRO (movimento dos agricultores sem terra do oeste do Paraná), nesse “meio tempo” surgiram os movimentos regionais em 1982, um ano depois, a articulação política dos trabalhadores da região

²⁶ Entrevista de J. Amado ao Jornal Zero Hora, Porto Alegre – RS em 6 de janeiro de 1985.

²⁷ Id., 2003, p. 80.

Oeste estimulou os trabalhadores das outras regiões do Estado a também se organizarem. Os outros movimentos organizados surgem como consequência deste “contágio”:²⁸

- Mastes – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
- Mastel – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná
- Masten – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná
- Mastreco – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná

Antes destes movimentos é claro que existiram outros recentes de luta pela terra, como ocorridas as no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, as Ligas Agrárias de Francisco Julião e Miguel Arraes, em lutas que se esgotaram em si mesmas, ou foram sufocadas pelo regime militar.

Assim aliada às lutas já citadas, a organização no Oeste do Paraná deram origem ao primeiro encontro do MST (assim como conhecemos hoje) em 1984 em Cascavel-PR depois o seu primeiro congresso em 1985 em Curitiba, segundo o site do MST (2009).

Há 25 anos, em Cascavel (PR), centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores (...) Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais.²⁹

O estado do Paraná que sempre teve conflitos explícitos, ou mesmo velados sobre a luta pela terra, no caso da Itaipu foi um momento de sinergia dessas formas de resistência.³⁰

²⁸ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 1991.

²⁹ MST. 29 anos do Movimento Sem Terra. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 20 out. 2013.

³⁰ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 1991.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da usina de Itaipu não foi a única responsável pela organização do MST, mas foi o evento no qual a atuação de atores a fim de organizar o povo em torno de uma reivindicação justa possibilitou a união dos atingidos em movimento que mostrou-se a única saída dentro de um projeto que não cabia questionamentos.

O avanço do capital na forma de construção de grandes projetos por um período longo e a expropriação dos camponeses foi o estopim para uma resistência, e o surgimento destes atores contra hegemônicos, a luta que não chegou a ser violenta, mas muito conflituosa.

A Igreja como agente que canalizou as bandeiras dos atingidos foi responsável pela organização inicial do movimento, depois o surgimento e aglutinação de outras lutas deram origem à criação de um Movimento regional e depois nacional, sendo que o epicentro organizativo foi o Oeste do Paraná, lugar da construção da Usina, a Itaipu, onde se deu o caos, mas também é o lugar em que se deve a criação do maior e mais duradouro movimento social do Brasil, que chega em 2014 com os seus 30 anos.

Na atualidade do MST é hoje procedente da sua criação, se o projeto envolve a luta contra o avanço do Capital e suas formas destrutivas, a luta hoje é pela preservação da Natureza, pelo acesso à terra, pela Educação. A luta, muitas vezes, é pouco compreendida. Normalmente se imagina a questão agrária como um viés econômico, outros confundem com um programa social, quando na verdade a reforma agrária defendida pelo MST é mais ampla e envolve a proteção de direitos e preservação da vida.

Esses sujeitos contra hegemônicos que surgiram durante a construção de Itaipu foram organizados na base, a sua luta era pela sua existência, a Igreja e os apoiadores iniciais queriam uma indenização justa, porém com decorrer do processo a luta foi sendo um sendeiro luminoso para outras lutas que existiam em outras regiões do País, mostrando que a Itaipu era sim a materialização do avanço do Capital em terras brasileiras, essa resistência tomou dimensões que o Estado não estava preparado para compreender, e sua reação foi a mais simplificada, que era tentar não negociar, ai que surge caminhos que são construídos e constroem o novo, e continuam construindo cada dia, a luta desses sujeitos perpetua para seus filhos, pois a ameaça mudou, mas o sistema gerador da expropriação não.

Esses sujeitos que lutam pela terra, lutam também pelo território, pois é de onde tiram a sua existência, e hoje ainda lutam contra outras ameaças, a luta de hoje contra o agronegócio, foi a luta contra a Itaipu no passado.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. Entrevista ao Jornal Zero Hora. 6 jan. 1985. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre – RS, 1985.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Porto Alegre, v. 4, 1991.

BRUM, J. A. **O desenvolvimento econômico do Brasileiro**. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FABRINI, J. E. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. In: **Boletim do NERA**, Presidente Prudente, 2013.

HABERT, N. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

O NEGÓCIO do século. **Isto é**, São Paulo, 1982.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003.

MST. 25 anos do Movimento Sem Terra. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 20 out. 2013.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 1991.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

TUAN, Y-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNTURA, Marcos Neto. **Ideologia da segurança nacional no Brasil durante a ditadura militar: uma análise a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal dos anos de 1968 e 1969**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/ver_monografia.php?idMono=17>. Acesso em: 20 jan. 2014.